



REFERENTE AO 1º SEMESTRE DE 2020

Relatório reporta graves violações de direitos humanos no contexto da violência armada em Cabo Delgado

Actuação repressiva e arbitrária das Forças de Defesa e Segurança (FDS), sobretudo no contexto dos ataques terroristas em Cabo Delgado e do Estado de Emergência; falta de segurança pública, barreiras no exercício das liberdades e direitos à informação, à imprensa e à expressão; acesso muito limitado aos serviços sociais básicos

como saúde, água, saneamento, educação, habitação condigna e segurança alimentar constituem as principais práticas violadoras dos direitos humanos registadas durante o primeiro semestre de 2020.

Na verdade, os primeiros seis meses do ano foram marcados por violações dos direitos civis e políticos; direitos económicos, sociais



e culturais; e os chamados direitos difusos (direito ao ambiente e direitos dos consumidores), segundo descreve o Relatório sobre a situação de Direitos Humanos e dos Defensores dos Direitos Humanos relativo ao primeiro semestre de 2020, lançado na terça-feira pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD).

O principal palco de violações dos direitos humanos foi a Província de Cabo Delgado, onde se registam ataques terroristas e a pior crise humanitária dos últimos 30 anos, anunciou Adriano Nuvunga, Director executivo do CDD, durante a apresentação do relatório. O primeiro semestre de 2020 foi marcado pela intensificação dos ataques terroristas nos distritos do centro e norte de Cabo Delgado, tendo sido invadidas as sedes distritais de Quissanga, Macomia, Muidumbe (Namacande) e Mocímboa da Praia. A insurgência militar que começou em Outubro de 2017 já causou a morte de mais de 1.000 pessoas e o deslocamento de mais de 350.000, além da

destruição de casas e culturas da população, hospitais, escolas e outras infra-estruturas públicas e privadas.

“Face à escalada da violência armada, organizações da sociedade civil, órgãos de comunicação social, académicos e a sociedade no geral, pressionaram o Governo no sentido de prestar informação relevante e de interesse público sobre o que está efectivamente a acontecer em Cabo Delgado, incluindo a estratégia para a garantia da segurança pública, da protecção dos direitos humanos das populações e da assistência aos deslocados”, lembrou Nuvunga.

Entretanto, o Governo teve várias dificuldades em prestar informação nos termos da lei, situação que deixou a população numa situação de aflição¹. Mais ainda, foi o próprio Governo que criou obstáculos para que o direito à informação no contexto dos ataques armados em Cabo Delgado não fosse devidamente exercido. O silêncio, a intimidação e a proibição da cobertura da guerra pela

¹ <https://cddmoz.org/ataques-armados-em-cabo-delgado-a-guerra-silenciosa-e-silenciada-que-deixa-milhares-de-pessoas-desesperadas/>

imprensa foram os principais obstáculos postos em prática pelo Governo para impedir o exercício do direito à informação, descreve o relatório. Em casos extremos, a intervenção das FDS incluiu detenções arbitrárias, como foi o caso do jornalista da Stv, Hizidine Acha, e o desaparecimento forçado do jornalista Ibraimo Mbaruco, da Rádio Comunitaria de Palma, em Abril.

Ainda no mês de Abril, o Governo contratou a empresa sul-africana de mercenários, o Dyck Advisory Group (DAG), para apoiar as FDS no combate aéreo contra os terroristas. Antes da chegada do DAG, mercenários russos estiveram envolvidos no teatro operacional de Cabo Delgado, mas nunca conseguiram conter o avanço dos terroristas.

Mais uma vez, várias vozes, incluindo organizações da sociedade civil, solicitaram informações detalhadas sobre a contratação de empresas militares privadas e criticaram a opção de utilização de mercenários, uma prática em desuso, desencorajada pela União Africana (através da Convenção da OUA para a Eliminação do Mercenarismo em África)² e pelas Nações Unidas (através da Convenção Internacional Contra o Recrutamento, Utiliza-

ção, Financiamento e Treinamento de Mercenários)³.

Mas o Governo nunca se pronunciou sobre a contratação de empresas militares privadas e o envolvimento de mercenários no teatro operacional de Cabo Delgado, uma prática que representa grave ameaça para a independência, soberania e integridade territorial e desenvolvimento harmonioso do Estado⁴.

Ainda no contexto do combate ao terrorismo, o Governo nunca se pronunciou sobre as queixas e alegações de violação dos direitos humanos por parte das FDS. Além de denúncias da imprensa, em Abril último, 17 organizações da sociedade civil, entre nacionais e internacionais, escreveram uma carta ao Presidente da República, Filipe Nyusi, na qual expressam a sua preocupação com o aumento da violência policial contra civis indefesos em Cabo Delgado, cuja autoria é atribuída a membros da Unidade de Intervenção Rápida (UIR) e do Grupo de Operações Especiais (GOE). As organizações denunciam ainda o "assédio e intimidação" a grupos da sociedade civil e a jornalistas que trabalham naquela província assolada por ataques terroristas desde Outubro de 2017⁵.

Diplomatas dizem que não há democracia sem respeito pelos direitos humanos

A cerimónia de lançamento do Relatório sobre a situação de Direitos Humanos e dos Defensores dos Direitos Humanos relativo ao primeiro semestre de 2020 contou a presença de activistas sociais, defensores dos direitos humanos, académicos, representantes do Governo, deputados da Assembleia da República e membros do corpo diplomático acreditado em Maputo. Todos os participantes que usaram da palavra elogiaram o CDD por ter conseguido lançar um relatório sobre

direitos humanos tão actual quanto oportuno.

Intervindo no evento, o Embaixador da União Europeia em Moçambique, António Sánchez-Benedito Gaspar, lembrou que as sociedades mais democráticas estão melhor equipadas para defender proteger os direitos humanos, porque são sociedades mais inclusivas, participativas e têm instituições fortes. Aliás, o diplomata fez notar que democracia é, também, o respeito pelos direi-

² <https://cddmoz.org/?s=UNI%C3%83O+AFRICANA+%C3%89+CONTRA+O+USO+DE+MERCEN%C3%81RIOS+>

³ <https://cddmoz.org/?s=USO+DE+MERCEN%C3%81RIOS+EM+CONFLITO+ARMADO>

⁴ <https://cddmoz.org/perante-o-silencio-do-governo-as-novidades-sobre-a-guerra-contra-o-terrorismo-que-chegam-aos-mocambicanos-atraves-dos-mercenarios/>

⁵ <https://cddmoz.org/17-organizacoes-nacionais-e-internacionais-escrevem-ao-presidente-da-republica-sobre-a-violencia-policial-em-cabo-delgado/>



tos humanos e pela justiça social e, como tal, ela nunca será um processo acabado, por isso precisa de acompanhamento constante para poder crescer.

Já a Conselheira da Embaixada da Suécia defendeu que o respeito pela democracia implica necessariamente a garantia do funcionamento de instituições democráticas e a abertura de um espaço que permite a actuação dos seus defensores. “Em termos concretos, refiro-me à necessidade de existência de um espaço cívico onde os defensores dos direitos humanos podem exercer o seu papel de forma livre e sem medo de represálias”, disse. A diplomata lamentou as ocorrências quase que diárias de repressão e violência contra defensores dos direitos humanos em Moçambique. Por isso, a Embaixada sueca espera que a iniciativa do CDD ajude a abordar os desafios de forma a unir toda a sociedade em prol da defesa dos direitos humanos e do espaço cívico necessário para o bom funcionamento da democracia.

A Chefe de Governo da Embaixada da Suíça também destacou a importância do relatório do CDD e disse que Moçambique ainda enfrenta muitos desafios para a consolidação de uma governação democrática e do respeito e protecção dos direitos humanos. “Se não há respeito pelos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e inclusivo é uma mira-

gem”, disse a representante da Embaixada suíça em Moçambique.

O representante do Alto Comissariado nas Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH), Paulo Magalhães, defendeu a necessidade de maior protecção dos defensores dos direitos humanos. “Defensores dos direitos humanos são aquelas pessoas que se identificam pelas suas acções de defesa e protecção dos direitos humanos. Pode ser aquela enfermeira que defende a saúde das crianças ou o líder comunitário que defende os direitos de acesso à terra por parte da sua comunidade”, explicou, reforçando que defensores dos direitos humanos não são apenas aquelas pessoas que trabalham directamente numa organização de direitos humanos.

“Os últimos acontecimentos em Cabo Delgado mandam uma mensagem muito forte sobre a falta de respeito pelos direitos humanos. Estamos muito preocupados com o que está a acontecer em Moçambique, sobretudo em Cabo Delgado”, disse a representante da Southern Africa Human Rights Defenders Network (SAHRDN), parceira do CDD. A representante da rede dos defensores dos direitos humanos na África Austral manifestou ainda preocupação com a ocorrência de casos de violação de direitos humanos na região no contexto da Covid-19, sobretudo no Zimbabwe, Tanzânia e Zâmbia.



Defensores de direitos humanos destacam a importância do relatório do CDD

Falando dos direitos humanos no contexto de Estado de Emergência, o Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Luís Bitone, começou por dizer que a pandemia da Covid-19 criou insegurança nas pessoas, mexeu com as condições básicas das famílias moçambicanas, incluindo a limitação dos direitos sociais, económicos e políticos. Luís Bitone disse que a CNDH contabilizou sete casos de baleamento de cidadãos pela Polícia e acompanhou as detenções massivas de pessoas suspeitas de violar as regras de prevenção da Covid-19, o que mostra que as FDS actuaram de forma excessiva e arbitrária durante o Estado de Emergência.

A Assembleia da República esteve representada pelos deputados António Boene, que lidera a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade, e António Muchanga. Além de enaltecer a iniciativa do CDD, António Boene defendeu que os direitos humanos representam a base para a convivência humana e o desenvolvimento dos povos. O deputado e presidente da 1ª Comissão reconheceu que o papel da Assembleia da República ainda não é expressivo no contexto dos direitos humanos. Em

representação da Frelimo, esteve o porta-voz do partido, Caifadine Manasse. Na sua intervenção, Manasse começou por lembrar que promover o respeito e a protecção dos direitos humanos é um desafio de todos os moçambicanos. Sobre o relatório, o porta-voz da Frelimo disse que o partido irá tomar em conta, nas suas reflexões, as recomendações que constam do documento.

Falando em nome da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), o advogado Vicente Manjate destacou a actualidade do relatório por tratar de matérias que aconteceram no presente ano. Um ano que, para a OAM, foi marcado por muitas violações de direitos humanos, incluindo a violação por omissão, como é o caso da falta de criação de condições básicas para as vítimas dos ataques em Cabo Delgado e em Sofala e Manica. Quem também destacou a necessidade de maior reflexão sobre os direitos económicos e sociais foi o jornalista e jurista Jeremias Langa, que lamentou o facto de as crianças moçambicanas não estarem a usufruir do direito à educação porque o Governo não criou condições nas escolas. "Não é a Covid-19 que impede os alunos de voltarem às aulas, é a falta de condições nas escolas. Temos que começar

a discutir os direitos económicos e sociais, o direito a um hospital digno, o direito a uma escola digna, o direito ao desenvolvimento". O Director do EISA – Moçambique, Ericino de Salema, lamentou o facto de o relatório de direitos humanos e seus defensores não abordar a violência contra mulheres e raparigas. "Nos últimos meses, muitas casas transformaram-se em palcos de tortura de mulheres e raparigas. Há muita violência contra mulheres e raparigas. Há também a questão dos raptos que seria importante que constasse do relatório. Em cada mês há pelo menos um rapto no País e isso é muito preocupante", disse Salema. Aproveitando a presença de deputados, Salema desafiou os parlamentares a serem mais interventivos, usan-

do o momento das suas intervenções para interpelar criticamente o Governo e abordar temas que afectam o dia-a-dia dos Moçambicanos, evitando assim investir tempo em saudações às suas lideranças políticas. O lançamento do relatório coincidiu com as celebrações do Dia Internacional da Democracia -15 de Setembro, uma data instituída pelas Nações Unidas com o objectivo de destacar a necessidade da promoção da democratização, do desenvolvimento e do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Em Moçambique, as celebrações da data acontecem num ano em que se assinala a passagem dos 30 anos da aprovação da Constituição da República que introduziu o sistema democrático no País.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

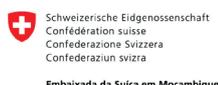
Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique



Kingdom of the Netherlands



National Endowment for Democracy
 Supporting freedom around the world